



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



Processo nº: 12.128/14 (a)

Jurisdicionada: Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF

Assunto: Fiscalização de Pessoal

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal

MP: Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Advogados: Dr. Luiz Felipe Buaiz Andrade (OAB/DF nº 24.775), Dr^a. Gabriela Diniz França Costa (OAB/MG nº 77.030) e Dr. Cláudio Sanzonowicz Júnior (OAB/DF nº 33.127)

Sessão: Pauta nº 50, S.O. nº 4706, de 29.7.2014

Publicação: DODF nº 150, de 24.7.2014, pág. 21

Ementa: Inspeção realizada na Polícia Civil do DF e na Secretaria de Estado de Saúde tendo por objeto a identificação dos servidores que acumulam dois cargos públicos privativos de profissionais de saúde com jornadas superiores a 60 horas semanais. Determinação às jurisdicionadas para que façam ajustes as cargas horárias (Decisão nº 6.104/13-CMA, exarada no Processo nº 3.442/12). Interposição de Pedidos de Reexame pelos profissionais alcançados pela fiscalização. **Formação de autos individualizados para exame de mérito dos apelos** (Decisão nº 1.582/14-CMA, exarada no Processo nº 3.442/12). Exame de mérito do recurso interposto pelo Senhor VILSON DE MATOS LIMA. PARECERES CONVERGENTES: improvimento e arquivamento dos autos. VOTO de acordo com os Pareceres.

RELATÓRIO

Estes autos foram inaugurados por determinação da Corte, (inciso IV, da Decisão nº 1.582/14-CMA¹, proferida no bojo do Processo nº 3.442/12), para albergar o exame de mérito do Pedido de Reexame

¹ **Decisão nº 1.582/14-CMA:** “(...) IV – autorizar: a) a análise dos pedidos de reexame, e outros que, porventura, venham a ingressar no TCDF no prazo recursal, em autos apartados e de forma individualizada, sem prejuízo de manutenção do mesmo relator designado para apreciação de mérito dos recursos ora apresentados; b) o retorno dos autos à SEFIPE, para a análise de mérito dos recursos em apreço.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



interposto pelo servidor VILSON DE MATOS LIMA (fls. 3/30) contra possíveis reflexos em suas jornadas de trabalho, decorrentes da determinação contida na Decisão nº 6.104/13-CMA, **in verbis**:

DECISÃO Nº 6.104/13 (CMA)

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos Ofícios nºs 393/2013-DGP (fl. 1.238), 462/2013-DGP (fl. 1.340), 558/2013-GAB/SES (fl. 1.377), 2.063/2013-DGP (fl. 1.499), e respectivos anexos, encaminhados em atenção às Decisões nºs 6.401/12 e 233/13; b) das Informações-DIAPES de 07/03/13, 21/03/13 e 20/08/13 (fls. 1.354/1.374, 1.477/1.482 e 1.514/1.521) e da cota do Diretor-DIAPES (fls. 1.483/1.484), em atendimento à Decisão nº 6.401/12, considerando atendida a inspeção determinada no item VI da Decisão nº 485/11, adotada no Processo nº 26.624/09; II - considerar parcialmente cumprida a diligência determinada na Decisão nº 5.018/11, adotada no Processo nº 26.624/09; III - considerar improcedentes as razões de defesa apresentadas pelos 12 servidores, constantes do quadro-análise, elaborado pela Unidade Técnica, às fls. 1.355/1.361, haja vista que o servidor, signatário do documento de fls. 1.262/1.264, não conseguiu afastar os termos do entendimento disposto na Decisão nº 2.975/08, relativamente a sua cessão para o MPDFT, mantendo as remunerações dos cargos efetivos na PCDF e na SES, bem como que os demais servidores não lograram êxito em demonstrar a compatibilidade horária entre os cargos acumulados exercidos, em desatendimento ao disposto no art. 37, inciso XVI, da CF, no art. 46, § 3º, da LC nº 840/11, e no art. 118, § 2º, da Lei nº 8.112/90; IV - **determinar à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES que: a) ajustem, no prazo de 60 dias, se ainda não o fizeram, e se ainda for o caso, a situação do servidor signatário do documento de fls. 1.262/1.264 aos termos da decisão a ser adotada pelo Tribunal nos autos do Processo nº 38.097/07, na avaliação da Decisão nº 2.975/08, basicamente no que concerne a sua cessão para o MPDFT com as suas remunerações dos cargos efetivos da PCDF e SES; b) ajustem, no prazo de 60 dias, se ainda não o fizeram, e se ainda for o caso, as cargas horárias cumuladas dos servidores indicados no referido quadro, às fls. 1.355/1.361, à exceção daquele mencionado anteriormente, de modo a ficar comprovada a compatibilidade horária, nos termos entendidos pelo Tribunal (Decisão nº 5.074/13, entre outras), entre os cargos acumulados, independentemente de os servidores estarem amparados ou não pelas decisões judiciais citadas nos autos, haja vista que foram apenas no sentido da impossibilidade de limitação de carga horária, sem prejuízo de considerar as horas extras e as ampliações de carga horária porventura obtidas pelos servidores, uma vez***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



que devem ser levadas em conta na análise da compatibilidade horária; c) adotem medidas efetivas, objetivando: 1- o fiel cumprimento do disposto: 1.1- no art. 46, § 3º, da LC nº 840/11 e no art. 118, § 2º, da Lei nº 8.112/90; 1.2- na Portaria SES nº 145/2011; 2- o melhor controle do cumprimento da jornada de trabalho e do registro de frequência dos servidores, em geral, em face das irregularidades apuradas na inspeção, em especial: sobreposição de jornada de trabalho, horário de entrada em um órgão igual ao de saída do outro, prestação de jornada de trabalho inferior à fixada em lei, sem a indicação de compensação de horário, escala de serviço divergente da folha de ponto, e ausência da assinatura de ponto em dias em que o servidor estava escalado para trabalhar, sem a apresentação de justificativa, a indicação de compensação de horário ou a imputação de falta; V - autorizar a SEFIPE a incluir, em roteiro de futura inspeção ou auditoria, na PCDF e SES, para verificação posterior, os seguintes pontos: a) o disposto na decisão a ser adotada pelo Tribunal nos autos do Processo nº 38.097/07, na avaliação da Decisão nº 2.975/08, apenas no que se refere aos servidores que acumulam cargos públicos efetivos e são investidos em cargos comissionados, incluindo aqueles cedidos para ocuparem cargos comissionados não atrelados a um dos cargos efetivos; b) a regularidade da acumulação de cargos, em especial no que se refere à comprovação de compatibilidade horária, principalmente dos servidores que perfazem cumulativamente 60 horas semanais em diante; VI - recomendar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, ao responder às determinações do Tribunal, se abstenha de incluir cópias das folhas do processo baixado em diligência ou de outros documentos de autoria do próprio TCDF, uma vez que, além de configurar desperdício, ainda gera tumulto processual desnecessário; VII - dar ciência desta decisão aos servidores indicados no quadro de fls. 1.355/1.361; VIII - autorizar o encaminhamento de cópia das fls. 1.355/1.361 e do relatório/voto do Relator aos jurisdicionados, para subsidiar o atendimento das medidas determinadas, e também à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF; IX - autorizar, também, a devolução dos autos à SEFIPE, para os devidos fins.” (grifei)

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

2. O Corpo Técnico, por meio da Informação de fls. 39/48, analisa o mérito do apelo nos seguintes termos:

“8. Passa-se a seguir ao exame deste recurso, o qual não está



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



sendo realizado naqueles autos de inspeção em face da autorização contida da Decisão nº 1582/2014 (item IV, letra “a”), para que os pedidos de reexame interpostos fossem apreciados em autos apartados e de forma individualizada, sem prejuízo da manutenção do mesmo relator designado para apreciação de mérito dos recursos apresentados.

9. O interessado requereu, em síntese, além do conhecimento com efeito suspensivo, que a análise do pedido de reexame fosse sobrestada, ad cautelam, até o julgamento definitivo do processo nº 2013.01.1.014306-6, e que, se superada a preliminar invocada, fosse provido a fim de reconhecer a legalidade da cumulação de cargos independentemente da carga horária prestada.

10. Para tanto argumentou, inicialmente, descumprimento da tutela antecipada deferida pela 5ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal nos autos citados, a qual assegura aos servidores substituídos que continuem acumulando os cargos de profissionais de saúde, desde que compatíveis, sem limitação da jornada de trabalho a 60 (sessenta) horas semanais. (Grifado). Veja que essa tutela não garante a manutenção de acumulações com horários não compatíveis. Dessa forma, não procede a alegação do recorrente de descumprimento de decisão judicial, pois a tutela antecipada não teve o condão de dispensar o servidor de comprovar a compatibilidade de horário quando do exercício dos dois cargos, mas garantiu, tão somente, que não fosse limitada a jornada de trabalho cumulativa a 60 (sessenta) horas semanais.

11. Informando que é médico anestesiológista do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e perito médico legista da Polícia Civil do Distrito Federal, com jornada de 40 horas semanais em ambos, alegou que essa acumulação está autorizada na Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XVI, alínea “c”, a qual exige tão somente a comprovação da compatibilidade de horário, sem a fixação de jornada máxima de trabalho. Veja que o próprio servidor reconhece a compatibilidade de horário como requisito nos casos de acumulação de cargos; e, a Decisão atacada, a qual não estabelece limite máximo de jornada de trabalho, ao determinar o ajuste dessas jornadas, busca, exatamente, o cumprimento desse requisito constitucional.

12. Citando o art. 37¹ da Lei nº 9.784/99, requer ao TCDF que oficie a SES e a PCDF para que forneçam as escalas de trabalho de forma a comprovar que inexistente incompatibilidade de horário no exercício cumulativo desses dois cargos. Quanto a esse ponto,

¹ Lei nº 9.784/99 (...)

Art. 37. Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV

Fls.:

Proc.: 12.128/14

Rubrica

ressalte-se que foi com base em escalas de trabalho fornecidas por aqueles órgãos que se apurou as irregularidades que motivaram a abertura do contraditório e da ampla defesa ao recorrente, quais sejam: “horário de entrada em um órgão igual ao horário de saída em outro” e “jornadas longas e consecutivas, com curto intervalo para repouso entre elas”. Ademais, o art. 36 da citada lei, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, reza que cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.

13. Apontou, também, decisão do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal – 1ª Região vedando à Administração fixar limite máximo de jornada de trabalho quando do exercício cumulativo de cargos públicos, consubstanciada na ausência de norma legal impondo tal limite.

14. Observa-se, contudo, que aquelas cortes de justiça não dispensam os impetrantes daquelas ações do atendimento da exigência constitucional relativa à comprovação da compatibilidade de horário. Pelo contrário, vinculam a licitude da acumulação ao cumprimento dessa exigência, conforme se pode notar dos excertos a seguir citados, extraídos daqueles julgados: Para que haja acumulação lícita, deve existir comprovadamente a compatibilidade de horários (STJ) e (...) é possível a acumulação remunerada de dois cargos da área de saúde, desde que haja compatibilidade de horários (TRF 1ª Região). O que restou garantido foi a não fixação de jornada máxima de trabalho para fins de verificação da compatibilidade de horário no caso de acumulações de cargos públicos.

15. Afirmou, ainda, que, quando assumiu o cargo de médico a Administração esposava o entendimento, por meio da Exposição de motivos n. 9/89, da Presidência da República/Consultoria Geral da República, no sentido de inexistir limitação de carga horária nos casos de acumulação lícita de cargos.

16. De fato, nem a Constituição, nem a legislação ordinária, tampouco a Decisão recorrida desta Corte de Contas fixaram limitação de jornada cumulativa de trabalho. Conforme já mencionado, este Tribunal, em observância à Constituição, determinou, tão somente, que a jornada de trabalho fosse ajustada de modo a ficar comprovada a compatibilidade de horário, e que fossem levados em consideração quando da análise as orientações traçadas na Decisão nº 5074/13, nas quais não constam delimitação da jornada cumulativa de trabalho, pois foram editadas nos seguintes termos:

III – orientar à jurisdicionada no sentido de que, à luz dos princípios constitucionais da razoabilidade e da eficiência administrativa, a compatibilidade de horários fica



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



configurada quando houver possibilidade de exercício dos dois cargos, em horários distintos (os quais deverão constar discriminados no processo pertinente), sem prejuízo do número regulamentar das horas de trabalho de cada um, do exercício regular das atribuições inerentes a cada cargo, bem como das exigências vocacionadas à proteção da saúde do servidor (repouso semanal remunerado; intervalos mínimos interjornadas, de descanso, de alimentação e de lazer);

17. Posteriormente, o servidor fez juntar ao seu pedido de reexame declaração da SES e da PCDF, informando a distribuição de sua jornada de trabalho relativa ao mês de janeiro de 2014 (fls. 32/33).

18. As distribuições de carga horária disponibilizadas, referentes a apenas um mês (fls. 32/33), desacompanhadas das respectivas folhas de ponto, e ainda relativas a período já transcorrido, fato esse que inviabiliza a verificação *in loco*, não constituiu material suficiente para uma análise acurada, até mesmo porque uma das impropriedades relatadas na inspeção foi a ausência de compatibilidade entre a distribuição da carga horária e a efetivamente cumprida.

19. Todavia, em que pese a escassez de material, foi realizado cruzamento dessas duas distribuições. Nota-se, desse confronto, que embora uma das impropriedades anteriormente verificadas, relativa ao horário de entrada em um órgão ser igual ao horário de saída do outro, não ter sido observada, foi mantida a irregularidade referente a longas e consecutivas jornadas de trabalho, com curto ou nenhum intervalo para repouso entre elas, conforme se pode visualizar da planilha de fl. 36, elaborada por esta Divisão Técnica, a qual resume a distribuição da carga horária do interessado nos dois vínculos funcionais.

20. De acordo com essas distribuições de carga horária, há 3 (três) jornadas de 18 horas consecutivas, com intervalo diurno de apenas 6 horas entre elas (das 19 horas dos domingos às 13 horas das segundas-feiras; das 19 horas das segundas-feiras às 13 horas das terças-feiras e das 19 horas das terças-feiras às 13 horas das quartas-feiras). Ressalte-se que, dessas 6 horas de intervalo, há que ser descontado, ainda, o tempo de deslocamento entre os dois vínculos funcionais e a residência do servidor. De acordo com os sistemas SIGRH e SIAPE, o servidor exerce o cargo de médico no DRS – Gama e o de Perito médico legista no Instituto Médico Legal (fls. 37/38), o que demandaria um certo tempo de deslocamento, reduzindo, assim, o tempo disponível para descanso.

21. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, nos termos da Portaria nº 145/11, a qual dispõe sobre os horários de funcionamento das Unidades Assistenciais e Administrativas da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



SES, elaboração de escalas de serviços, distribuição de carga horária de trabalho dos servidores efetivos, ocupantes de cargos comissionados e de natureza especial, dos contratados nos termos da Lei nº 4.266/2008 e dá outras providências, veda a adoção de regime de trabalho que implique em jornada ininterrupta superior a 12 (doze) horas de trabalho (art. 8º, § 1º), estabelecendo, também, que o servidor que presta serviços em regime de compensação, quando escalado em plantão de 12 (doze) horas, deverá haver um intervalo de, no mínimo, 6 (horas) horas entre uma jornada de trabalho e outra, ainda que possua mais de um vínculo. (art. 8º, § 2º). Grifado.

22. *Nota-se, portanto, que o exercício de dois plantões (um de 12 horas, seguido por um de 6 horas) sem intervalo entre eles, totalizando 18 horas consecutivas, não guarda conformidade com o normatizado pela SES nessa Portaria.*

23. *Com relação à compatibilidade de horário, além das orientações fixadas na Decisão nº 5074/13-TCDF, convém destacar excertos do voto condutor da recorrida Decisão nº 6104/2013, o qual guarda consonância com o parecer do Órgão Ministerial, no sentido de que a análise da compatibilidade de horário deve ser verificada não somente em função da ausência de sobreposição de horários, mas também devem ser observados os “intervalos obrigatórios” “de refeição, de deslocamento, de descanso, de repouso semanal”, com vistas à preservação da integridade física e mental dos servidores, bem como a “eficiência” na prestação dos serviços, sem “fadigas”, faltas, licenças, atrasos, etc.*

24. *Ademais, confrontando as alegações constantes deste pedido de reexame com as anteriormente analisadas quando da apreciação das razões de defesa apresentadas, as quais foram consideradas improcedentes, conforme já mencionado, observa-se que não foram apontados fatos novos significativos, de forma a alterar o posicionamento anteriormente emitido pela ausência de compatibilidade de horário.*

25. *Ressalte-se, ainda que, quando da apreciação daquelas razões de defesa, inclusive dos servidores que ingressaram com ações judiciais, assim pugnou o Relator:*

Em relação às defesas apresentadas pelos servidores que cumpriam 80 horas semanais cumuladas de trabalho, que a Unidade Técnica considerou improcedentes, aquiesço à conclusão lançada, pela improcedência das defesas, porquanto os servidores não conseguiram demonstrar a compatibilidade horária entre os cargos exercidos cumulativamente, na carga de 80 horas semanais, conforme pode ser visto nos quadros-resumo de análise, elaborados pelo Corpo Técnico às fls. 1.355/1.361. (Grifado).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



Assim, cabe determinar às jurisdicionadas ajustar a carga horária cumulada dos servidores indicados no referido quadro, de modo a ficar comprovada a compatibilidade horária, nos termos entendidos pelo Tribunal, entre os cargos acumulados.

A meu ver, tal ajuste deve ser feito independentemente de os servidores estarem amparados ou não pelas decisões judiciais citadas nos autos, haja vista que foram apenas no sentido da impossibilidade de limitação de carga horária, sem olvidar de considerar as horas extras e as ampliações de carga horária porventura obtidas pelos servidores, uma vez que devem ser levadas em conta na análise da compatibilidade horária. (Grifado).

(...)

A aludida comprovação de compatibilidade horária deve ser estendida para abranger os servidores não amparados por decisões judiciais, que acumulem cargos perfazendo não somente 80 horas semanais, mas de todos aqueles que acumulam cargos públicos, bem como deve ser incluída em roteiro de futura inspeção ou auditoria, para verificação posterior, para que se dê tempo às jurisdicionadas para se adaptarem ao entendimento do Tribunal sobre a questão e ao disposto no art. 46, § 3º, da LC nº 840/11, acerca da obrigação de se demonstrar anualmente a compatibilidade horária entre os cargos acumulados. (Grifado).

Aliás, em relação à sugestão para que sejam observados, fielmente, o disposto naquele art. 46, § 3º, da LC nº 840/11 e a Portaria SES nº 145/2011, nada me oponho a que seja direcionada à SES. Para a PCDF, deve ser direcionado o disposto no art. 37, XVI, da CF, e no art. 118, § 2º, da Lei nº 8.112/90, uma vez que a LC nº 840/11 não é aplicada à Corporação civil.

26. Assim, como a determinação recorrida, constante da Decisão nº 6104/2013-TCDF, não foi para reduzir a jornada cumulativa de trabalho, mas para ajustá-la de modo a comprovar a compatibilidade de horário, e considerando que essa compatibilidade está sendo verificada caso a caso, em processo apartado, com garantia ao servidor do contraditório e da ampla defesa, aliada ao fato de que o cruzamento da distribuição de jornada de trabalho disponibilizada demonstra a manutenção de irregularidade anteriormente apontada em inspeção, qual seja, exercício consecutivo de longas jornadas de trabalho com curto intervalo para descanso, conclui-se, em face do disposto na Portaria nº 145/11-SES e à luz dos princípios constitucionais da razoabilidade e da eficiência, pela não comprovação da compatibilidade de horário e, conseqüentemente, pela improcedência do pedido de reexame ora em análise.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



3. Concluindo, a Unidade Instrutiva sugere que o e. Plenário:

“I. considerar, quanto ao mérito, improcedente o Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Vilson de Matos Lima, vez que, em face do disposto na Portaria nº 145/11-SES e à luz dos princípios constitucionais da razoabilidade e da eficiência, não restou comprovada a compatibilidade de horário para o exercício cumulativo de cargos públicos;

II. manter a determinação constante da Decisão nº 6.104/2013, para que a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES, ajustem, no prazo de 60 dias, se ainda não o fizeram, e se ainda for o caso, as cargas horárias cumuladas desse servidor, de modo a ficar comprovada a compatibilidade horária, atentando para as orientações contidas na Decisão nº 5.074/13 desta Corte de Contas e a normatização da SES a que se refere a Portaria nº 145/11;

III. dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida nestes autos ao representante legal do servidor, à PCDF e à SES;

IV. autorizar o arquivamento dos autos.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

4. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 567/2014 (fls. 50/59), da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, aquiesce às considerações apresentadas pelo Corpo Instrutivo. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

*“10. **Ab initio**, saliento que este **Parquet** especializado possui entendimento **congruente** ao apresentado pela Divisão de Acompanhamento. Nesse sentido, a análise cingir-se-á ao cerne dos questionamentos debatidos nos autos acerca do Pedido de Reexame bem como em relação às considerações tecidas pelo Corpo Instrutivo.*

*11. Com efeito, sobre os argumentos recursais apresentados pelo Sr. Vilson de Matos Lima, entendo relevante destacar o exame feito pela Área Técnica, **in verbis**:*

“(…)

9. O interessado requereu, em síntese, além do conhecimento com efeito suspensivo, que a análise do pedido de reexame fosse sobrestada, ad cautelam, até o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



juízo definitivo do processo nº 2013.01.1.014306-6, e que, se superada a preliminar invocada, fosse provido a fim de reconhecer a legalidade da cumulação de cargos independentemente da carga horária prestada.

10. Para tanto argumentou, inicialmente, descumprimento da tutela antecipada deferida pela 5ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal nos autos citados, a qual assegura aos servidores substituídos que continuam acumulando os cargos de profissionais de saúde, desde que compatíveis, sem limitação da jornada de trabalho a 60 (sessenta) horas semanais. (Grifado). Veja que essa tutela não garante a manutenção de acumulações com horários não compatíveis. Dessa forma, não procede a alegação do recorrente de descumprimento de decisão judicial, pois a tutela antecipada não teve o condão de dispensar o servidor de comprovar a compatibilidade de horário quando do exercício dos dois cargos, mas garantiu, tão somente, que não fosse limitada a jornada de trabalho cumulativa a 60 (sessenta) horas semanais.

11. Informando que é médico anestesiolologista do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e perito médico legista da Polícia Civil do Distrito Federal, com jornada de 40 horas semanais em ambos, alegou que essa acumulação está autorizada na Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XVI, alínea 'c', a qual exige tão somente a comprovação da compatibilidade de horário, sem a fixação de jornada máxima de trabalho. **Veja que o próprio servidor reconhece a compatibilidade de horário como requisito nos casos de acumulação de cargos; e, a Decisão atacada, a qual não estabelece limite máximo de jornada de trabalho, ao determinar o ajuste dessas jornadas, busca, exatamente, o cumprimento desse requisito constitucional.**

(...)

13. Apontou, também, decisão do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal – 1ª Região vedando à Administração fixar limite máximo de jornada de trabalho quando do exercício cumulativo de cargos públicos, consubstanciada na ausência de norma legal impondo tal limite.

14. **Observa-se, contudo, que aquelas cortes de justiça não dispensam os impetrantes daquelas ações do atendimento da exigência constitucional relativa à comprovação da compatibilidade de horário.** Pelo contrário, vinculam a licitude da acumulação ao cumprimento dessa exigência, conforme se pode notar dos excertos a seguir citados, extraídos daqueles julgados: Para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



que haja acumulação lícita, deve existir comprovadamente a compatibilidade de horários (STJ) e (...) é possível a acumulação remunerada de dois cargos da área de saúde, desde que haja compatibilidade de horários (TRF 1ª Região). O que restou garantido foi a não fixação de jornada máxima de trabalho para fins de verificação da compatibilidade de horário no caso de acumulações de cargos públicos.

15. *Afirmou, ainda, que, quando assumiu o cargo de médico a Administração esposava o entendimento, por meio da Exposição de motivos n. 9/89, da Presidência da República/Consultoria Geral da República, no sentido de inexistir limitação de carga horária nos casos de acumulação lícita de cargos.*

16. De fato, nem a Constituição, nem a legislação ordinária, tampouco a Decisão recorrida desta Corte de Contas fixaram limitação de jornada cumulativa de trabalho. Conforme já mencionado, este Tribunal, em observância à Constituição, determinou, tão somente, que a jornada de trabalho fosse ajustada de modo a ficar comprovada a compatibilidade de horário, e que fossem levados em consideração quando da análise as orientações traçadas na Decisão nº 5074/13, nas quais não constam delimitação da jornada cumulativa de trabalho, pois foram editadas nos seguintes termos:

III – orientar à jurisdicionada no sentido de que, à luz dos princípios constitucionais da razoabilidade e da eficiência administrativa, a compatibilidade de horários fica configurada quando houver possibilidade de exercício dos dois cargos, em horários distintos (os quais deverão constar discriminados no processo pertinente), sem prejuízo do número regulamentar das horas de trabalho de cada um, do exercício regular das atribuições inerentes a cada cargo, bem como das exigências vocacionadas à proteção da saúde do servidor (repouso semanal remunerado; intervalos mínimos interjornadas, de descanso, de alimentação e de lazer);

17. *Posteriormente, o servidor fez juntar ao seu pedido de reexame declaração da SES e da PCDF, informando a distribuição de sua jornada de trabalho relativa ao mês de janeiro de 2014 (fls. 32/33).*

18. *As distribuições de carga horária disponibilizadas, referentes a apenas um mês (fls. 32/33), desacompanhadas das respectivas folhas de ponto, e ainda relativas a período já transcorrido, fato esse que inviabiliza a verificação in loco, não constituiu material suficiente para uma análise acurada, até mesmo porque uma das impropriedades relatadas na*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



inspeção foi a ausência de compatibilidade entre a distribuição da carga horária e a efetivamente cumprida.

19. Todavia, em que pese a escassez de material, foi realizado cruzamento dessas duas distribuições. Nota-se, desse confronto, que embora uma das impropriedades anteriormente verificadas, relativa ao horário de entrada em um órgão ser igual ao horário de saída do outro, não ter sido observada, foi mantida a irregularidade referente a longas e consecutivas jornadas de trabalho, com curto ou nenhum intervalo para repouso entre elas, conforme se pode visualizar da planilha de fl. 36, elaborada por esta Divisão Técnica, a qual resume a distribuição da carga horária do interessado nos dois vínculos funcionais.

(...)

21. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, nos termos da Portaria nº 145/11, a qual dispõe sobre os horários de funcionamento das Unidades Assistenciais e Administrativas da SES, elaboração de escalas de serviços, distribuição de carga horária de trabalho dos servidores efetivos, ocupantes de cargos comissionados e de natureza especial, dos contratados nos termos da Lei nº 4.266/2008 e dá outras providências, veda a adoção de regime de trabalho que implique em jornada ininterrupta superior a 12 (doze) horas de trabalho (art. 8º, § 1º), estabelecendo, também, que o servidor que presta serviços em regime de compensação, quando escalado em plantão de 12 (doze) horas, deverá haver um intervalo de, no mínimo, 6 (horas) horas entre uma jornada de trabalho e outra, ainda que possua mais de um vínculo. (art. 8º, § 2º).

22. Nota-se, portanto, que o exercício de dois plantões (um de 12 horas, seguido por um de 6 horas) sem intervalo entre eles, totalizando 18 horas consecutivas, não guarda conformidade com o normatizado pela SES nessa Portaria.

23. Com relação à compatibilidade de horário, além das orientações fixadas na Decisão nº 5074/13-TCDF, convém destacar excertos do voto condutor da recorrida Decisão nº 6104/2013, o qual guarda consonância com o parecer do Órgão Ministerial, no sentido de que a análise da compatibilidade de horário deve ser verificada não somente em função da ausência de sobreposição de horários, mas também devem ser observados os 'intervalos obrigatórios' 'de refeição, de deslocamento, de descanso, de repouso semanal', com vistas à preservação da integridade física e mental dos servidores, bem como a 'eficiência' na prestação dos serviços, sem 'fadigas', faltas, licenças, atrasos, etc.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



(...)

25. Ressalte-se, ainda que, quando da apreciação daquelas razões de defesa, inclusive dos servidores que ingressaram com ações judiciais, assim pugnou o Relator:

‘Em relação às defesas apresentadas pelos servidores que cumpriam 80 horas semanais cumuladas de trabalho, que a Unidade Técnica considerou improcedentes, aquiesço à conclusão lançada, pela improcedência das defesas, porquanto os servidores não conseguiram demonstrar a compatibilidade horária entre os cargos exercidos cumulativamente, na carga de 80 horas semanais, conforme pode ser visto nos quadros-resumo de análise, elaborados pelo Corpo Técnico às fls. 1.355/1.361.

Assim, cabe determinar às jurisdicionadas ajustar a carga horária cumulada dos servidores indicados no referido quadro, de modo a ficar comprovada a compatibilidade horária, nos termos entendidos pelo Tribunal, entre os cargos acumulados.

A meu ver, tal ajuste deve ser feito independentemente de os servidores estarem amparados ou não pelas decisões judiciais citadas nos autos, haja vista que foram apenas no sentido da impossibilidade de limitação de carga horária, sem olvidar de considerar as horas extras e as ampliações de carga horária porventura obtidas pelos servidores, uma vez que devem ser levadas em conta na análise da compatibilidade horária.

(...)

A aludida comprovação de compatibilidade horária deve ser estendida para abranger os servidores não amparados por decisões judiciais, que acumulem cargos perfazendo não somente 80 horas semanais, mas de todos aqueles que acumulam cargos públicos, bem como deve ser incluída em roteiro de futura inspeção ou auditoria, para verificação posterior, para que se dê tempo às jurisdicionadas para se adaptarem ao entendimento do Tribunal sobre a questão e ao disposto no art. 46, § 3º, da LC nº 840/11, acerca da obrigação de se demonstrar anualmente a compatibilidade horária entre os cargos acumulados.

Aliás, em relação à sugestão para que sejam observados, fielmente, o disposto naquele art. 46, § 3º, da LC nº 840/11 e a Portaria SES nº 145/2011, nada me oponho a que seja direcionada à SES. Para a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



PCDF, deve ser direcionado o disposto no art. 37, XVI, da CF, e no art. 118, § 2º, da Lei nº 8.112/90, uma vez que a LC nº 840/11 não é aplicada à Corporação civil.'

26. Assim, como a determinação recorrida, constante da Decisão nº 6104/2013-TCDF, não foi para reduzir a jornada cumulativa de trabalho, mas para ajustá-la de modo a comprovar a compatibilidade de horário, e considerando que essa compatibilidade está sendo verificada caso a caso, em processo apartado, com garantia ao servidor do contraditório e da ampla defesa, aliada ao fato de que o cruzamento da distribuição de jornada de trabalho disponibilizada demonstra a manutenção de irregularidade anteriormente apontada em inspeção, qual seja, exercício consecutivo de longas jornadas de trabalho com curto intervalo para descanso, conclui-se, em face do disposto na Portaria nº 145/11-SES e à luz dos princípios constitucionais da razoabilidade e da eficiência, pela não comprovação da compatibilidade de horário e, conseqüentemente, pela improcedência do pedido de reexame ora em análise." (Fls. 42/47 – Grifos acrescidos).

12. Dos excertos acima destacados e dos documentos que instruem os autos, parece-me **irrepreensível** a análise feita pelo Corpo Instrutivo. Assim, quanto às alegações recursais, convém registrar que, em sua maioria, já foram **amplamente examinadas e especificamente refutadas em outras oportunidades na inspeção realizada**, Processo nº 3.442/2012, conforme noticiou a Divisão de Acompanhamento.

13. Sobre o tema, consigno que a acumulação de dois cargos de médicos se enquadra na exceção definida no art. 37, XVI, **c**, da Constituição Federal, conforme transcrito a seguir:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, **exceto**, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;" (Grifos acrescidos).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



14. Portanto, regra geral, havendo **compatibilidade de horários** e sendo os **cargos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas**, permitida estará a acumulação de cargos públicos, excepcionalmente autorizada pela Carta Magna.

15. No entanto, não obstante a autorização constitucional de cumulação de cargos e empregos privativos de profissionais da saúde, há de se verificar se a carga horária é possível de ser cumprida, ou seja, **a compatibilidade de horários exigida pelo texto constitucional**, malgrado não limite a jornada.

16. Nesse contexto, destaco, ilustrativamente, que tanto a Lei Complementar distrital nº 840/2011, que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional e dos órgãos relativamente autônomos do Distrito Federal, quanto a Lei federal nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias, e das Fundações Públicas Federais, preceituam em seus artigos 46 e 118, respectivamente, que:

“Art. 46. (...)

(...)

§ 3º O servidor que acumular lícitamente cargo público fica obrigado a comprovar anualmente a compatibilidade de horários.”

“Art. 118. (...)

(...)

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários”.

17. Portanto, a exceção da licitude da acumulação de cargos públicos requer o cumprimento de dois requisitos simultaneamente, quais sejam a **identificação natureza dos cargos especificada na Carta da República** e a **existência de compatibilidade de horário**.

18. Nesse sentido, não deixo de rememorar que a Carta da República, ao tratar da excepcional acumulação de cargos públicos, **não especificou** carga horária máxima para que os profissionais de saúde executassem suas atividades, mas **apenas exigiu que houvesse compatibilidade de horários**. Sem embargo, entendo que o art. 37, XVI, c, da Lei Maior deva ser interpretado sistematicamente, em consonância com o art. 7º, XXII e 39, § 3º, dada a reverência ao **princípio da unidade**, de modo a preservar a saúde do servidor.

19. Além desse, destaco que do **caput** do art. 37 da CRFB vem à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



tona o **princípio da eficiência**, a que está submetida toda a Administração Pública, o qual, combinado ao **princípio da razoabilidade**, permite que se defenda a ideia de que a jornada de trabalho não deva ser excessiva. Dito isso, parece-me que não se constitui razoável um trabalho que seja extenuante a ponto de comprometer a qualidade e eficiência, necessárias ao seu desempenho.

20. Enfatizo que a Constituição da República permite a acumulação de dois cargos, mas coloca como **conditio sine qua non** para sua ocorrência a compatibilidade de horários, além da necessidade de que as ações e serviços prestados pela Administração Pública, por meio de seus agentes aos seus cidadãos, sejam realizados com **eficiência**.

21. Nesse sentido, dentre diversos julgados emanados do e. **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**¹, transcrevo a ementa daquele constante da Apelação Cível nº 498.905, **in verbis**:

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE. ART. 37, XVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI N. 8.112/90. JORNADA DE TRABALHO DE SESSENTA E DUAS HORAS E MEIA SEMANAIS. NÃO CABIMENTO. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA EFICIÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO.

I – Cuida-se de recurso de apelação interposto pela parte autora, em face de sentença que julgou improcedente seu pedido de declaração de licitude de cumulação de dois cargos de Auxiliar de Enfermagem.

II - A garantia de acumulação de dois cargos privativos de profissionais de saúde encontra previsão no artigo 37, inciso XVI, alínea ‘c’, da Constituição, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 13/12/2001. Necessário, contudo, analisar a existência ou não da indispensável compatibilidade de horários, a qual está condicionada a referida cumulação.

III - Consoante entendimento desta Turma ‘a compatibilidade de horários não deve ser entendida, apenas, como a ausência de choque entre as jornadas de trabalho, pois tomando-se como base os artigos 19 e 74, da Lei nº 8.112/90, que prevê uma jornada de trabalho de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais, com a possibilidade de 2 (duas) horas de trabalho extras por jornada, observa-se que esse limite foi estabelecido como o necessário para

¹ Apelação/Reexame Necessário nº 598.276, 7ª Turma Especializada, Rel. Des. Federal **José Antônio Neiva**, E-DJF2R de 6/11/2013; e Apelação/Reexame Necessário nº 603.898, 7ª Turma Especializada, Rel. Juiz Convocado **José Arthur Diniz Borges**, E-DJF2R de 10/2/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



*preservar a **higidez física e mental do trabalhador.***

*IV – A carga horária de 62,5 h (sessenta e duas horas e meia) semanais que a autora pretende cumular no caso concreto **comprometeria muito o desempenho profissional e a eficiência dos serviços prestados, violando os princípios da razoabilidade e da eficiência do serviço público, o que apresenta maior gravidade por se tratar de profissional da área da saúde.***

V - Recurso não provido.”

*(AC nº 2010.51.01.004843-4, **7ª Turma Especializada**, Rel. Juiz Federal Convocado **Flávio Oliveira Lucas**, E-DJF2R de 2/3/2011).*

*22. É entendimento deste **Parquet** especializado não ser cabível que alguém que trabalhe além das possibilidades do descanso, seja plenamente eficiente. Ademais, parece-me claro o conflito entre o direito à saúde, **irrenunciável por natureza**, e a liberdade de exercício profissional, devendo, portanto, aplicar-se o princípio da **harmonização ou concordância prática** para abrandar os efeitos da sua aparente incompatibilidade.*

*23. A esse propósito, além do r. **Decisum** nº 5.074/2013 cujas orientações traçadas fundamentaram a deliberação ora guerreada, cito também a r. Decisão nº 1.819/2013 que, ao analisar os atos de admissões no cargo de Especialista em Saúde, especialidade: Farmacêutico Bioquímico/Laboratório, do Quadro de Pessoal da SES/DF, decorrentes do concurso público regulado pelo Edital n.º 27/2008, deliberou por:*

“(…) III – determinar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em conformidade com o item IV da Decisão nº 4238/2012, que ajuste a carga horária de Lillian Amélia Soares nos cargos que acumula de forma a que a servidora usufrua o repouso semanal constitucionalmente previsto.”

*24. Na mesma toada, no Processo nº 23.907/2013, que cuida da análise das admissões decorrentes de aprovação no Concurso Público regulado pelo Edital nº 6/2011, no cargo de Enfermeiro, da Carreira de Enfermeiro do Quadro de Pessoal da SES/DF, esse e. **TCDF** determinou à Secretaria de Saúde que ajustasse a escala de trabalho de servidora, de forma a incluir o repouso semanal obrigatório em sua jornada laboral, a teor do disposto no art. 7º, inciso XV, c/c 39, § 3º, todos da Constituição Federal (r. Decisão nº 4.410/2013).*

*25. **In casu**, agregando ao já esposado pela percuciente Unidade Técnica, e tendo como base as considerações acima, este **Parquet** especializado entende que o recurso interposto pelo servidor deve ser desprovido.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



*26. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas** opina pelo **acolhimento** das sugestões emanadas da Divisão de Acompanhamento, com as considerações acima delineadas.”*

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



VOTO

5. Neste momento processual analisa-se o mérito do Pedido de Reexame interposto pelo Senhor VILSON DE MATOS LIMA em face da Decisão nº 6.104/13-CMA.

6. O Corpo Técnico e o **Parquet** especializado opinam pelo improvimento do apelo por entenderem não restar comprovada a compatibilidade das jornadas de trabalho assumidas pelo recorrente nos cargos de Médico Legista da Polícia Civil do DF e de Médico Anestesiologista da Secretaria de Estado de Saúde do DF.

7. Como bem pontuam os Pareceres, não se discute aqui eventual limite máximo de trabalho. Nem a Constituição Federal, tampouco os estatutos dos servidores federais e distritais, estabelecem tal limitação. Todavia, para que seja possível o exercício de dois cargos acumuláveis, é necessário que o servidor demonstre a compatibilidade das respectivas jornadas de trabalho.

8. A referida compatibilidade não se limita à demonstração de que não há sobreposição entre as jornadas dos diferentes cargos. Especialmente no caso dos profissionais da área de saúde, é imprescindível que os servidores observem razoável período de descanso, o qual permite que estejam mental e fisicamente aptos ao desempenho de tão importante função.

9. Admitir o contrário, além de permitir que seja colocado de lado a eficiência que deve reger a Administração Pública, resultaria na potencialização dos riscos a que estão sujeitos os usuários da rede de saúde. Profissionais submetidos a extenuantes jornadas estão mais propensos ao erro, que, em se tratando de saúde pública, pode ser até mesmo fatal.

10. A documentação apresentada pelo Senhor Vilson de Matos Lima para comprovar a compatibilidade dos horários no exercício dos dois cargos, no mês de janeiro (fls. 33/34), apenas evidencia que não há sobreposição entre as jornadas. Não resta demonstrado o efetivo cumprimento das horas de trabalho por parte do servidor (não fora acostadas folhas de ponto), tampouco a sua razoabilidade.

11. Ao relatar a existência de 3 (três) jornadas de 18 horas consecutivas, com intervalo diurno de apenas 6 horas entre elas (das 19 horas dos domingos às 13 horas das segundas-feiras; das 19 horas das segundas-feiras às 13 horas das terças-feiras e das 19 horas das terças-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



feiras às 13 horas das quartas-feiras), o recorrente demonstra que, na hipótese de fiel cumprimento de sua carga horária, além de não observar os períodos razoáveis de descanso, ainda infringe a Portaria nº 145/11 da Secretaria de Estado de Saúde, segundo a qual:

“Art. 8º Nos serviços que exigem atividades contínuas de 24 (vinte e quatro) horas é facultada a adoção do regime de trabalho em escala de compensação, observada a jornada de trabalho à qual o servidor está sujeito, nas seguintes modalidades:

I. plantão diurno de 6h (seis horas) diárias será: das 7h às 13h (sete às treze horas) ou das 13h às 19h (treze às dezenove horas);

II. plantão diurno de 12h (doze horas) diárias será: das 7h às 19h (sete às dezenove horas);

III. plantão noturno de 12h (doze horas) diárias será: das 19h às 7h (dezenove às sete horas).

§ 1º Fica proibida adoção de regime de trabalho que implique em jornada ininterrupta superior a 12 (doze) horas de trabalho, nos termos das Decisões nº 210/2007 e 1231/2010-TCDF.

§ 2º O servidor que presta serviços em regime de compensação, quando escalado em plantão de 12 (doze) horas, deverá haver um intervalo de, no mínimo, 6 (horas) horas entre uma jornada de trabalho e outra, ainda que possua mais de um vínculo.” (grifei)

Pelo exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. negue provimento ao Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Vilson de Matos Lima, vez que, em face do disposto na Portaria nº 145/11-SES e à luz dos princípios constitucionais da razoabilidade e da eficiência, não restou comprovada a compatibilidade de horário para o exercício cumulativo de cargos públicos;

II. mantenha a determinação constante da Decisão nº 6.104/2013, para que a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES ajustem, no prazo de 60 (sessenta) dias, se ainda não o fizeram, e se ainda for o caso, as cargas horárias cumuladas desse servidor, de modo a ficar comprovada a compatibilidade horária, atentando para as orientações contidas na Decisão nº 5.074/13 desta Corte de Contas e a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



normatização da Secretaria de Estado de Saúde a que se refere a Portaria nº 145/11;

III. dê conhecimento da decisão que vier a ser proferida ao representante legal do servidor, à Polícia Civil do DF e à Secretaria de Estado de Saúde;

IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 29 de julho de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro - Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).